

• Política

CONSTITUINTE

Calazans quer sistema financeiro comprometido com questões sociais

por Milton Wells de Porto Alegre

O presidente do Banco do Brasil, Camillo Calazans, defendeu ontem, em Porto Alegre, a necessidade de a Assembleia Nacional Constituinte consagrar a prevalência do social nas atividades do sistema financeiro nacional. afirmou que a atividade bancária é uma concessão do Estado e as instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas, devem pautar-se por um claro compromisso com a melhor utilização social dos recursos intermediados.

"O lucro é legítimo, quando considerado medida de eficiência empresarial, e não algo que deva ser atingido como um fim em si mesmo", afirmou.

Em pronunciamento na Associação Comercial de Porto Alegre, Calazans criticou a atual sistemática utilizada para autorização de funcionamento de instituições financeiras, e afirmou que isso acabou por exacerbar o mercado de cartas patentes, tornando-as acessíveis apenas a grupos de âmbito nacional.

"Com esse instrumento de poder, o surgimento de grupos menores, em bases regionais, é praticamente impossível", afirmou. "Embora exista atualmente uma centena de bancos, apenas dez entidades privadas detêm aproximadamente 70% dos depósitos de todos os bancos privados. E em dezembro passado, 31% da dívida pública interna federal estava nas mãos de apenas dez conglomerados financeiros."

Calazans disse que outra necessidade é a reformulação das funções do Banco Central (BC), cuja atuação deve ser independente, conduzida por preceitos mais técnicos, livre de pressões do Executivo e dos banqueiros. Ponderou que o BC deveria restringir-se às atividades típicas dos organismos do gênero — controle de moeda, do crédito e das operações cambiais e fiscaliza-

ção do sistema financeiro —, podendo, em contrapartida, executar com eficiência a política monetária e dedicar-se mais à fiscalização das atividades bancárias.

Um sistema financeiro comprometido com as necessidades da sociedade brasileira, segundo Calazans, deve passar também pelo fortalecimento do Banco do Brasil. Ele afirmou que, principalmente no período 1978/84, o contingenciamento das aplicações do BB e a conseqüente redução de sua participação no sistema financeiro fez o País perder importante agente estabilizador do mercado e moderador das taxas de juro. O crescimento dos empréstimos das demais instituições, inclusive estrangeiras, abriu espaço para o ingresso maciço de capitais externos, através da Resolução Nº 63 do BC, acrescentou. Essa política provocou graves problemas ao cooperativismo e ao setor sucro-alcooleiro, antes assistidos convenientemente pelo Banco do Brasil.

De acordo com ele, graças ao apoio do presidente José Sarney, o Banco do Brasil começa a recuperar o espaço que detinha antes de 1984, e caminha a passos largos para a montagem de seu conglomerado financeiro.

Está aguardando definição para a constituição do banco de investimento, seguradora, sociedade de crédito imobiliário e corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários, além de empresas vinculadas aos ramos de previdência privada, capitalização e de cartões de crédito.

"O Banco do Brasil não pretende assumir posição de hegemonia no mercado, nem adotar atitudes de caráter predatório em relação à concorrência. Deseja, na verdade, auxiliar o governo na difícil tarefa de reduzir as taxas de juro, viabilizar recursos de longo prazo e dar prioridade a projetos para desenvolvimento do País", afirmou.

Proposta procura dificultar a contestação à reserva de mercado

por Francisco Stella Fogó de Brasília

A proposta apresentada ontem pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Constituinte, pretende afastar qualquer possibilidade de contestação judicial de leis de reserva de mercado; como a intentada contra a Lei de Informática pelo senador Roberto Campos (PDS-MT).

"O mercado integra o patrimônio nacional; devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia

tecnológica e cultural da Nação", prevê o anteprojeto.

A argumentação do senador Roberto Campos contra a constitucionalidade da Lei de Informática baseara-se na interpretação dos dispositivos da Constituição em vigor sobre a ordem econômica, que, segundo o senador, não autorizavam qualquer reserva de mercado.

A proposta da deputada Cristina Tavares pretende que a nova Constituição "preveja expressamente a possibilidade de a reserva de mercado ser estabelecida por lei, tendo em vista a realização do desenvolvimento

econômico e da autonomia tecnológica e cultural da Nação".

Embora com formulação diferente, a possibilidade de a lei estabelecer a reserva de mercado foi também proposta no anteprojeto do relator da Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica, o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA). "A lei poderá definir, no interesse nacional, os setores vedados à atividade de empresa privada nacional, da empresa estrangeira, criar e extinguir monopólios", estabelece o anteprojeto.

Cristina Tavares propõe também novos mecanis-

mos destinados a incentivar e democratizar a pesquisa científica.

O anteprojeto propõe também uma nova disciplina dos meios de comunicação, prevendo instrumentos que a deputada considera eficientes para garantir a sua democratização. Um deles seria a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, constituído por representantes do Estado e da sociedade civil, nos moldes da Federal Communication Commission norte-americana. Outro seria o Conselho Editorial, formado nas empresas jornalísticas com representantes dos proprietários e das redações.

Mudanças na política agrícola

por Ivanir José Bortot de Brasília

A estrutura da política agrícola brasileira deverá sofrer grandes alterações caso venha a ser aprovado o projeto do relator da Subcomissão de Agricultura e Fundiária da Reforma Agrária, Osvaldo de Lima Filho.

As mudanças vão desde a inclusão de representantes do setor agrícola na definição da política agrícola nos órgãos de governo, passando pela reestruturação da política de crédito rural até a participação do Poder Legislativo na definição das necessidades de importações de alimentos. "A grande maioria destas sugestões deverá ser aprovada na Constituinte", disse a este jornal Lima Filho.

A redefinição da política de crédito rural concentrando os recursos em poder dos bancos oficiais e cooperativas implicará a retirada imediata dos bancos privados na área de crédito agrícola. "A experiência tem demonstrado que os recursos do crédito rural aplicados pelos bancos privados sempre têm resultado em benefício dos próprios bancos", justifica Lima Filho. Para o deputado os atuais recursos que os

UDR contra o relatório

por Ivanir José Bortot de Brasília

A União Democrática Ruralista (UDR) vai iniciar um movimento para impedir a aprovação do relatório da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

"Faremos deslocamento da massa de produtores a Brasília. O nosso logo será como eles quiserem", disse em entrevista coletiva, ontem, em Brasília, o presidente da UDR, Ronaldo Calado.

Ele foi enfático ao afirmar que o relatório apresentado pelo deputado Osvaldo Lima

Filho deve ser rejeitado em plenário.

Para o presidente da UDR, o anteprojeto não apresenta mudança em relação às idéias defendidas pela Associação Brasileira da Reforma Agrária e da posição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Pastoral da Terra.

"Os parlamentares constituintes que estavam defendendo nossos princípios na comissão não foram ouvidos pelo relator", diz Calado, acrescentando que "nunca vimos um modo tão revanchista e odioso como a postura deste parlamentar".

Calado discorda da posição de ser fixado o limite da pro-

priedade em cem módulos rurais. Para ele, o desenvolvimento da própria atividade agrícola é que determina a rentabilidade de cada propriedade.

A função social e a produtividade da propriedade rural foi outro aspecto enfatizado pelo presidente da UDR. "A falta de uma política agrícola consistente por parte do governo implica diretamente uma baixa rentabilidade da atividade rural", justifica ele.

Por outro lado, Calado acredita que as definições dessas e outras questões deverão ser feitas em lei complementar, onde espera influir com suas propostas.

bancos privados aplicam no setor rural, em função da exigibilidade bancária (30% do depósito a vista), poderiam ser transferidos para os bancos oficiais para serem reaplicados posteriormente na agricultura.

Pela proposta da subcomissão, além de assegurar um volume integral de recursos preferencialmente

para os pequenos produtores, estabelece, por outro lado, restrições ao acesso de recursos oficiais para os proprietários rurais com área superior a cem módulos rurais. Para esta categoria de produtor o crédito rural será concedido mediante o compromisso de utilização de 10% da sua área plantada com alimentos básicos.

Já na questão das importações de alimentos in natura de produtos agropecuários, o anteprojeto prevê uma autorização antecipada do Poder Legislativo.

"Queremos evitar erros que vêm sendo cometidos nas importações de alimentos, trazendo ao País prejuízos irreparáveis", explicou o deputado.

Sugerida novamente a criação de um tribunal constitucional

por Francisco Stella Fogó de Brasília

A criação de um tribunal constitucional que tenha por objetivo garantir o cumprimento da nova Carta, foi proposta ontem pelo relator da Subcomissão do Poder Judiciário da Constituinte, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). E o segundo anteprojeto da Constituinte que propõe o tribunal constitucional. Foi também incluído no relatório apresentado segunda-feira pelo deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), relator da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas.

A proposta é uma bandeira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defendida em audiências públicas da Constituinte pelo presidente do conselho federal da entidade, Márcio Thomaz Bastos. Resulta do diagnóstico de que o Supremo Tribunal Federal, com sua atual estrutura, não é adequado para garantir o controle da constitucionalidade.

A tendência da Constituinte expressa nos dois anteprojeto, até agora apresentados sobre o tribunal constitucional é a criação de um tribunal com a atribuição de julgar em última

instância os processos judiciais, como faz hoje o Supremo Tribunal Federal, e outro, o Tribunal Constitucional, com a atribuição de garantir o cumprimento da Constituição.

O anteprojeto do deputado Plínio de Arruda Sampaio rompe o monopólio da iniciativa da ação de inconstitucionalidade. Pela Constituição em vigor, somente o procurador geral da República tem legitimidade para dar início à ação de inconstitucionalidade. Como o procurador geral é demissível pelo presidente da República, o sistema vigente tem sido reiteradamente classificado como autoritário.

Arruda Sampaio propõe que a ação de inconstitucionalidade possa ser iniciada pelo presidente da República, pelas mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e das câmaras municipais, pelo conselho federal da OAB, pelos partidos políticos e pelo promotor geral federal, uma nova figura criada pelo anteprojeto.

Estão também previstas no anteprojeto normas destinadas a garantir a autonomia e a independência do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Bernardo Cabral defende adoção do parlamentarismo

Ao presidir na manhã de ontem o painel sobre "presidencialismo e parlamentarismo" no Seminário Internacional sobre Constitucionalismo e Democracia, que se realiza no auditório do Banco Central, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, manifestou-se favorável ao sistema parlamentar de governo.

"Defendo um parlamentarismo adequado à realidade brasileira, mas não quero, na função de relator, impor o que penso aos demais constituintes".

Bernardo Cabral disse à EBN que ainda não tem uma idéia sobre o sistema de governo a ser adotado para o País.

Outro parlamentarista na mesa dos trabalhos do seminário na manhã de ontem foi o professor Bolívar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo, para quem "o sistema de governo deve ser parlamentarista, embora o Brasil não tenha condições ainda de prescindir de um presidente com poderes efetivos, eleito pelo voto direto".